

HABEAS CORPUS Nº 548.490 - PE (2019/0356507-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : CREUZA DE ALMEIDA COSTA
ADVOGADO : CREUZA DE ALMEIDA COSTA - PE0044874
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : DIEGO CARVALHO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DIEGO CARVALHO DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco proferido no *Habeas Corpus* n.º 0004034-09.2019.8.17.0000.

Consta dos autos que, em 09/05/2019, o Ministério Público Estadual ofereceu denúncia contra o Paciente, juntamente com outro agente, imputando-lhe a prática do crime previsto no art. 121, § 2.º, incisos II e IV, c.c. o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, bem como requereu a prisão preventiva e a folha de antecedentes criminais. Em 14/05/2019, o Juízo *a quo* recebeu a exordial acusatória, bem como decretou a prisão preventiva do Paciente (fls. 36-38).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, que teve a ordem denegada pela Corte de origem, conforme ementa abaixo transcrita (fl. 78):

"HOMICÍDIO TENTADO. AUTORIA. NEGATIVA. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA - AÇÃO PENAL. MÉRITO. CONHECIMENTO INVIÁVEL. PREVENTIVA. CRIME EM ESTAÇÃO DO METRÔ. LOCAL DE GRANDE MOVIMENTO. OUSADIA E PERICULOSIDADE EVIDENTES. MOTIVO FÚTIL E SEM OPORTUNIZAR A DEFESA DA VÍTIMA. PERICULOSIDADE EVIDENCIADA. CONCRETA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL AUSENTE.

1. A via mandamental não é adequada para a cognição de temas afetos ao mérito da ação penal, como a negativa de autoria e a alegada insuficiência de lastro probatório para estribar a acusação.

2. Averiguar se procede ou não a acusação contida na denúncia é tarefa exclusiva da instância primária, por meio da regular instrução criminal sendo defeso à Corte suprimir a competência do juízo natural que nos crimes dolosos contra a vida recai sobre o Tribunal do Júri.

3 Da narrativa tática e das circunstâncias que circundam o crime exsurge evidente periculosidade e concreta gravidade da conduta

supostamente praticada. pois o atentado contra a vida da vítima ocorrera nas cercanias da estação do metrô, local de grande circulação de pessoas, demonstrando a ousadia e a periculosidade dos imputados que munidos de arma de fogo e impulsionados por motivação fútil, tentaram matar a vítima, sem oportunizar defesa.

4. Descabe cogitar de motivação genérica e abstrata, vez que os fundamentos invocados pelo juiz ostentam concretude apta a justificar a imposição da medida extrema e a inviabilizar a pretendida substituição da prisão por medidas cautelares diversas.

5. Ordem em parte conhecida e denegada. Decisão unânime."

Neste writ, a Parte Impetrante alega, em suma, a inexistência de fundamentação idônea e dos requisitos autorizadores para a decretação da prisão preventiva, pois não existem provas concretas acerca da autoria do delito.

Afirma que "o paciente se apresentou espontaneamente na delegacia acompanhado de advogada, não só negou a autoria do delito, como também contou que não conhece a vítima, que no dia do fato, estava com a sua esposa, e que não tem o apelido de Galo e nem sequer sabe quem é TINA" (fl. 4). Argumenta, ainda, que "o paciente não foi preso em flagrante delito, e que nenhuma arma foi apreendida" (fl. 5).

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva para que o Paciente possa aguardar em liberdade o trâmite da ação penal.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente diante do que consignou o Tribunal estadual ao manter a segregação cautelar (fls. 79-81, sem grifos no original):

"Inicialmente cumpre destacar que a via mandamental não é adequada para a cognição de temas atinentes ao mérito da ação penal como a negativa de autoria e a alegada insuficiência de lastro probatório para estribar a acusação vertida na exordial acusatória.

Apretensão desborda os limites estreitos do habeas corpus e exige revolvimento probatório incompatível com o remédio heróico.

[...]

Com efeito, da narrativa fática contida na denúncia e das circunstâncias que circundam o crime imputado ao Paciente exsurge

evidente periculosidade e concreta gravidade da conduta supostamente praticada, pois o atentado contra a vida da vítima ocorrera nas cercanias da estação do metrô local de grande circulação de pessoas, demonstrando a ousadia e a periculosidade dos imputados, que munidos de arma de fogo e impulsionados por motivação, em tese, fútil, tentaram matar a vítima, sem oportunizar defesa.

Não alcançado o intento homicida, já que a vítima procurou se refugiar dentro da estação metrô, os acusados teriam subtraído o celular dela.

Portanto, descabe cogitar de motivação genérica e abstrata, vez que os fundamentos invocados pelo juiz a quo ostentam concretude apta a justificar a imposição da medida extrema e a inviabilizar a pretendida substituição da custódia por medidas cautelares diversas da prisão preventiva."

Como se vê, a Corte de origem concluiu que a via estreita do *habeas corpus* não é compatível com a análise de provas vinculadas à autoria do delito. No mais, os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais – ficou consignado acerca da periculosidade dos agentes e da gravidade concreta da conduta perpetrada, já que ocorreram diversos disparos de arma de fogo próximo à estação do metrô e, por conseguinte, área de grande circulação de pessoas, a justificar a custódia cautelar.

Assim, a espécie em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância – notadamente sobre o **andamento atualizado do feito** e a **situação prisional do Paciente** – e ao Tribunal *a quo*, para que informe a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora